

Uma surpresa?

O Acordo de Nkomati terá sido uma surpresa para alguns círculos políticos que esperavam ver no texto como que a rendição de um «país pequeno» (Moçambique) perante uma «potência militar» (a África do Sul).

O texto não reflecte nada disso. Pelo contrário, reflecte que o Governo sul-africano assumiu que na história dos últimos anos no subcontinente foi dele o papel de beligerante.

Quando delegações ministeriais dos dois países se encontraram pela primeira vez em Komatipoort em Dezembro de 1982, Moçambique propôs que as duas partes chegassem a um acordo de segurança sem o qual não seria possível manter qualquer tipo de relações nos mais variados campos.

A parte sul-africana rejeitou esta posição, propondo relações económicas e exigindo que Moçambique aceitasse o «apartheid», os bantustões e expulsasse todos os membros do ANC do território moçambicano.

As conversações seguiu-se um recrudescimento de violência. Vinte e sete meses depois, o Acordo de Nkomati não tem uma palavra contra o direito de cada Estado deixar viver dentro do seu território quem muito bem entender. Fica pois de pé, a posição de Moçambique manter escritórios do ANC, de prosseguir o seu apoio político, diplomático e moral a este movimento.

O que o Acordo estipula é que nenhuma das partes permitirá que o seu território seja ponto de partida para agressões ao outro.

Em nenhuma parte do Acordo se diz que ambas as partes reconhecem a política interna da outra. Fica pois de pé a posição moçambicana de não reconhecer o «apartheid», de não reconhecer os bantustões, assim como a África do Sul continuará a não ter que aprovar a política socialista de Moçambique.

Mas, o que o Acordo diz, no seu terceiro artigo, é que nenhuma das partes organizará ou permitirá a organização de «bandos armados» no seu território, «incluindo mercenários». A história está demasiado fresca em todas as mentes para que se deixe de atribuir isto directamente ao passado recente da estratégia desestabilizadora sul-africana contra Moçambique.